



AdUFRJ

SOS

PETRÓPOLIS

SOLIDARIEDADE

Nesta edição, a tragédia na cidade serrana é contada em relatos emocionados de professores e alunos da UFRJ que vivem o drama de vidas perdidas e casas soterradas pela enxurrada. AdUFRJ se engaja na corrente de ajuda às vítimas. Páginas 2, 8 e 9

EDITORIAL

CAR@ COLEGA,

DIRETORIA

Este é um editorial muito difícil de escrever e profundamente impactado pela tragédia de Petrópolis. Muitos professores, estudantes e técnicos da universidade vivem na região serrana e passaram os últimos dias atônitos com a multiplicação das mortes, das perdas, do desespero. Há colegas com alunos de mestrado que velaram quatro familiares. Há alunos sem casa e sem esperança. E há professores que, mesmo com a vida sitiada pelos escombros, se desdobram para montar redes de solidariedade. Essa, aliás, é uma das forças mais potentes de nossa comunidade acadêmica: a empatia entranhada em nosso cotidiano.

Menos de 20 horas depois de as encostas desmoronarem, na última terça-feira, professores, técnicos e alunos montaram redes solidárias para arrecadar doações. Só no Fundão, há hoje quatro pontos de coleta. De nosso lado, na AdUFRJ, tentamos fortalecer esse amálgama de solidariedade e cuidado. Ligamos para professores que moram na região, integramos com o Sintufrj e o DCE a campanha por donativos e montamos uma modesta ação emergencial de amparo. Na quarta-feira, mandamos um caminhão com 10.782 garrafas de água mineral, o que corresponde a 16.128 litros. O material foi entregue ao sindicato municipal de professores. Mas queremos, podemos e devemos ajudar mais. Com doações, com reflexões e informações.

Estamos de portas, braços e páginas abertos para ideias de campanhas de solidariedade, de artigos e de movimentos que colaborem para reconstruir Petrópolis e interromper o ciclo macabro dessa tragédia que une fatalidades naturais, agravadas pelas mudanças climáticas, com o repetido descalço das autoridades públicas. O efeito concreto desse desmazelo fica evidente quando lemos os depoimentos das páginas 8 e 9 desta edição, em

que professores e estudantes da UFRJ, todos moradores de Petrópolis, detalham as consequências concretas da irresponsabilidade política que já dura décadas na região serrana. Um único aluno, Deivid Ribeiro de Souza, estudante do mestrado em Caxias e professor do Ensino Fundamental, perdeu essa semana quatro familiares. Ele próprio é um sobrevivente da enchente de 1988, quando sua mãe viu a casa desmoronar. “Mesmo assim, jamais recebemos um auxílio do governo para sairmos das áreas de risco. Ninguém mora em área de risco porque quer. Mora porque não tem alternativa”, desabafa o Deivid na reportagem.

Seguiremos acompanhando os professores, técnicos e estudantes petropolitanos, e reiteramos que podem contar conosco. Temos certeza que a força da UFRJ não se resume às nossas aulas ou a nossas pesquisas. Tampouco está limitada aos muros invisíveis dos campi. Somos fortes porque somos uma comunidade enraizada e comprometida com o coletivo.

Boa leitura.

PS: O jornal dessa semana tem nove páginas, uma a mais do que o normal, para cobrir a tragédia de Petrópolis. Mas a edição está também repleta de outros assuntos relevantes, como uma reflexão difícil, porém necessária, sobre a construção da greve dos servidores públicos federais, na página 3. Além de uma matéria forte sobre o exponencial crescimento de agrotóxicos no Brasil. Aliás, mais um recorde do governo Bolsonaro: em três anos, foram mais de 1.500 agrotóxicos liberados. A situação pode piorar se for aprovado no Senado — já passou pela Câmara — um projeto de lei que afrouxa ainda mais a liberação desses produtos no país. Leia na página 7.

É HORA DE SER SOLIDÁRIO AJUDE AS VÍTIMAS DA ENCHENTE EM PETRÓPOLIS

PONTOS DE COLETA NAS SEDES DO SINTUFRJ

- PRAÇA JORGE MACHADO MOREIRA, S/N, CIDADE UNIVERSITÁRIA
- AVENIDA PASTEUR, 250 – FUNDOS, URCA
- SUBSOLO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFRJ, HALL DOS ELEVADORES

INICIATIVA:



CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufrrj.org.br.

RIO DE JANEIRO



PRECISAMOS FALAR SOBRE GREVE

> Deflagrar um movimento paredista nacional é uma boa estratégia neste momento para mobilizar os docentes em torno de uma campanha salarial e conseguir apoio social?

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

N a semana passada, a assembleia geral da AdUFRJ aprovou, com críticas, a construção de uma campanha salarial unificada dos servidores públicos federais, com possibilidade de greve. Mas constituir um movimento que pretende representar os mais de 584 mil servidores ativos do Executivo Federal não é tarefa fácil. Até agora, o consenso gira em torno da ideia de que é preciso agir para tentar reverter as perdas salariais. E já. O índice de reajuste defendido pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) é de 19,9%, mas os docentes acumulam perdas bem maiores nos últimos três anos. “Há um contexto favorável para reivindicar reajuste. Estamos em ano eleitoral, o governo Bolsonaro atribuiu boa parte do orçamento ao Centrão, que não têm muitas preocupações com amarras fiscais”, aponta a cientista política e vice-presidente da AdUFRJ, professora Mayra Goulart.

Mas uma greve por tempo indeterminado não unifica o movimento docente. “É um cenário pontualmente favorável, em meio a um contexto muito desfavorável para nós. Uma greve durante uma pandemia e trabalho remoto pode confundir a sociedade”, acredita Mayra. “É preciso buscar outras formas

de mobilização, com a universidade aberta, com aula, com envolvimento presencial da comunidade acadêmica”, defende a professora. O presidente da AdUFRJ, professor João Torres, tem o mesmo entendimento. “Não queremos ficar imóveis num cenário em que os docentes já perderam em torno de 30% da renda desde nosso último reajuste”, pontua. “No entanto, é um momento em que a universidade é vista pela sociedade como um lugar de privilégio, porque conseguiu trabalhar até agora remotamente, na pandemia. Para a maioria das pessoas, há uma percepção de que os professores universitários não perderam salário, enquanto outros grupos ficaram meses sem renda”, pondera o dirigente. Outro argumento levantado pela diretoria da AdUFRJ diz respeito ao governo Bolsonaro. “A gente faz greve por vários motivos. Um dos motivos é desgastar o governo, mas me parece que este não é um bom mecanismo para desgastar o governo Bolsonaro. Ao contrário, uma greve pode reforçar a narrativa dele”, diz João Torres. “Precisamos construir um movimento de negociação salarial que não coloque a sociedade contra a gente e que não fortaleça o discurso do governo. Greve por tempo indeterminado vai colocar a sociedade contra nós”, afirma.

CONSTRUÇÃO DELICADA

O funcionalismo federal congrega profissionais de Saúde,

Parar por tempo indeterminado é um cenário desastroso, porque prejudica os estudantes e vai nos custar muito caro. Temos outros caminhos possíveis, como paralisações pontuais e a realização de grandes atos de rua”

PEDRO LAGENBLAD
Professor do Instituto de Bioquímica Médica e ex-diretor da AdUFRJ

Uma unidade ampla nos possibilita realizar uma pressão intensa. Tivemos grandes perdas salariais neste período. Seria um erro deixar passar este momento”

LUIS EDUARDO ACOSTA, professor da Escola de Serviço Social/UFRJ e ex-diretor da AdUFRJ

de Pesquisa, de Educação e das chamadas carreiras típicas de Estado, como auditores, procuradores e defensores públicos. Não é novidade que os primei-

ros grupos sofrem com desvalorização salarial, perdas de direitos e desprestígio, enquanto as carreiras consideradas da elite do funcionalismo vivem um cenário praticamente oposto. Os salários iniciais desses segmentos — aprovados em concursos que exigem apenas a graduação — são maiores do que os vencimentos de professores titulares. Essas contradições também fragilizam a mobilização das categorias profissionais. Além de representarem um risco, quando o assunto é o apoio da população às pautas de reivindicação.

“Uma considerável parte da nossa sociedade ou teve redução salarial ao longo da pandemia, ou ficou sem qualquer fonte de renda. A gente espera que esse segmento tão fragilizado apoie uma greve de pessoas — especialmente os auditores — que ganham 20 salários mínimos no início da carreira?”, questiona o professor Felipe Rosa, do Instituto de Física. Ex-diretor da AdUFRJ, ele pede cautela aos docentes. “Se construirmos um movimento unificado, precisaremos ter nossas pautas muito claras para a sociedade. Nós temos uma relação com o Serviço Público que o entende efetivamente como prestação de serviço. Essas carreiras típicas de Estado têm outra relação, uma relação de empregado e empregador, puramente. Essa alta casta votou maciçamente em Bolsonaro, em 2018. E acredito que, se ganharem um reajuste expressivo, votarão nele novamente neste ano”.

Para o professor Luis Eduardo Acosta, da Escola de Serviço Social, a greve é um instrumento importante para mobilizar os servidores. Embora reconheça as dificuldades do período remoto, ele defende a suspensão das atividades por tempo indeterminado. “Uma unidade ampla nos possibilita realizar uma pressão intensa. Tivemos grandes perdas salariais neste período. Seria um erro deixar passar este momento”, acredita. Ele sugere a realização de atividades na rua, comstras sobre o conhecimento desenvolvido na universidade, além de assembleias comunitárias da UFRJ. “É preciso buscar unir forças, inclusive com outras universidades federais do Rio de Janeiro. Nossa capacidade de pressionar o governo está em construir uma opinião pública favorável ao movimento”.

O Andes defende a campanha unificada e a greve. “Os ataques que temos enfrentado na Educação com o corte orçamentário, as tentativas de privatização, são tão fortes que, se a gente não mostrar força agora, vai ser muito difícil reverter o quadro que se apresenta de destruição da Educação e dos serviços públicos”, afirma a professora Regina Ávila, secretária-geral do Andes. “A mobilização unitária dos servidores já foi vitoriosa no ano passado, quando conseguiu impedir que a PEC 32 (da reforma administrativa) fosse a voto em plenário. Precisamos manter esse movimento”, justifica. No dia 22 de fevereiro, as seções sindicais das universidades federais, filiadas ao Andes, vão se reunir remotamente para debater o formato da greve, de acordo com as discussões ocorridas nas assembleias locais.

MUDANÇAS NO CALENDÁRIO

O Fonasefe se reuniu nesta quinta-feira (17) e modificou o calendário de mobilizações. Antes, a greve nacional dos SPF seria deflagrada em 9 de março. Agora, o entendimento mudou. “Avaliamos que nenhuma das categorias estava preparada para entrar em greve. Então, reforçaremos o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, com atividades. E apontamos o dia 16 de março como Dia Nacional de Greve dos Servidores Públicos”, revela David Lobão, representante do Fonasefe. A paralisação por 24 horas terá atos em todas as capitais e será um “último ato ao governo”, nas palavras do dirigente. “O governo terá mais 15 dias para nos receber e iniciarmos uma negociação. Caso contrário, começaremos a greve por tempo indeterminado a partir do dia 30 de março”.

O professor Pedro Lagenblad, do Instituto de Bioquímica Médica e ex-diretor da AdUFRJ, no entanto, questiona os prazos para uma ampla mobilização nacional. “Um movimento deste porte tem fôlego curto para pressionar, porque em abril entramos no período pré-eleitoral, no qual não será mais possível conceder reajustes ao funcionalismo, por força da legislação”, adverte. “Além disso, este é um período delicado, de recesso e preparação para o retorno presencial. Parar por tempo indeterminado é um cenário desastroso, porque prejudica os estudantes e vai nos custar muito caro. Temos outros caminhos possíveis, como paralisações pontuais e a realização de grandes atos de rua, desde que o cenário epidemiológico permita”, defende.

ATO PÚBLICO NO RIO

Servidores públicos federais na luta por recomposição salarial e pela valorização do Serviço Público Federal fizeram ato no Centro do Rio na terça-feira (15). Com faixas e cartazes, os manifestantes se concentraram em frente aos prédios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e nas escadarias da antiga sede do Ministério da Fazenda. Representantes de sindicatos de servidores de autarquias como o IBGE e o INPI e de instituições de ensino participaram da atividade. O ato fez parte da mobilização nacional dos servidores públicos, teve o apoio do Andes e da AdUFRJ, mas não conseguiu levar às ruas um grande contingente de pessoas.



ADUFRJ EM MACAÉ: PROFESSORES DEBATEM RETORNO PRESENCIAL

A diretoria da AdUFRJ se reuniu com docentes de Macaé, nesta sexta-feira (18), para debater condições para o retorno presencial. Também participaram representantes do GT Pós-Pandemia e da Coordenação de Apoio ao Ensino. O primeiro período letivo de 2022 começa em abril e preocupa a comunidade universitária. Foi definida uma série de encaminhamentos: cobrança de passaporte vacinal nos prédios de Macaé; garantias do fornecimento de equipamentos de proteção individual; avaliação das condições de infra-estrutura predial e de redes para o retorno; além da cobrança de resolução do CEG sobre o atendimento aos estudantes com comorbidades e não vacinados.

O retorno presencial também será assunto do Conselho de Representantes da AdUFRJ, na próxima terça-feira (22). O encontro acontece virtualmente, às 10h.

CONHECIMENTO PARA SUPERAR O NEGACIONISMO

> Semana de Integração Acadêmica da UFRJ retornou em 2022 com participação de mais de 12 mil pessoas em cinco dias de intensa celebração do ensino, da pesquisa e da extensão

BEATRIZ COUTINHO
E ESTELA MAGALHÃES
comunica@adufjr.org.br

A 11ª Semana de Integração Acadêmica (SIAC), ocorrida nesta semana, celebrou a “vitória do conhecimento, da educação, da ciência e das artes”, num contexto nacional de ataques à educação e de combate à pandemia. “Só vamos sair vitoriosos desta guerra contra o vírus se estivermos do lado certo da trincheira: o lado do conhecimento”, sustentou a reitora, professora Denise

Pires de Carvalho, durante a mesa de abertura do evento, no dia 14. Vitória também da inclusão: nas mesas, as saudações foram realizadas com gênero neutro e autodescrição, além de contarem com intérpretes de Libras. Inscreveram-se 12.762 pessoas para os cinco dias de atividades. Houve apresentações de 5.830 trabalhos acadêmicos, além de eventos culturais, palestras e minicursos. Parte da programação, que não requeria inscrição prévia, foi transmitida pelo canal da Extensão, no Youtube. Já os minicursos e oficinas foram acessados diretamente pela plataforma de teleconferência do evento.

“A SIAC é uma tradução para a sociedade dos projetos dos alunos da gra-

duação com a pós e a extensão”, explica a professora Denise Freire, pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da UFRJ. Com a pandemia, a SIAC teve que se reinventar, depois de um intervalo de dois anos sem ser realizada – a última edição do evento havia ocorrido em 2019 –, mas a pró-reitora vislumbra uma 12ª edição presencial, e talvez até associada à tecnologia. “Algumas sessões podem ser transmitidas remotamente, possibilitando a visita dos trabalhos de vários centros”.

Para a professora Ivana Bentes, pró-reitora de Extensão, a SIAC é sinônimo de

encontro. “Encontro de conhecimento. Um momento de gente se atualizar com toda a produção da extensão na universidade”, afirma. “A quantidade de trabalhos apresentados mostra esse desejo de participação e o protagonismo dos nossos estudantes. É uma coisa muito bonita que a gente está vendo acontecer”.

Uma das novidades apresentadas foi no campo da Paleontologia. “Um dos trabalhos se deveu a cortar ossos que a gente não conseguia identificar macroscopicamente, porque estavam muito quebrados, e produzir lâminas histológicas (para análises microscópicas de tecidos biológicos)”, explica Marina Bento Soares, do

Departamento de Geologia e Paleontologia do Museu Nacional e orientadora da pesquisa. A investigação identificou um registro de ave. “Já existem pelo menos duas aves conhecidas no período cretáceo na Antártica. Esse seria um terceiro registro”, comemora a professora. Bruno Alves Bulak, aluno de Ciências Biológicas e orientando de Marina, destaca a relevância do compartilhamento desses resultados com a comunidade acadêmica. “Muitas vezes as pessoas nem sabem que a informação histológica se preserva nos fósseis”. O **Jornal da AdUFRJ** preparou um painel com algumas outras pesquisas apresentadas na SIAC. Confira.

Substância pode controlar o vetor da doença de Chagas

“Como diria o doutor Carlos Chagas, visamos fazer uma ciência aberta, para o povo, não visando o lucro, mas melhoria para as pessoas”, afirma Thiago Silva, orientando da professora Mônica Ferreira, do Instituto de Química. Seu trabalho é voltado para a doença de Chagas, do grupo das chamadas doenças negligenciadas – consideradas endêmicas em populações de baixa renda – e que atinge aproximadamente oito milhões de pessoas nas Américas. “Buscamos saber se a quitina, um polímero de açúcar presente no intestino do vetor, o inseto *Rhodnius prolixus*, seria o responsável pela diferenciação do parasita, o *Trypanosoma cruzi*, para infectar o ser humano”, explica a professora. “Se descobrirmos esse material que procuramos [quitina] nessa membrana, podemos descobrir uma ligação entre vetor e parasita. E controlar, então, a doença, controlando o vetor”, completa Thiago.

Molécula atinge metabolismo das larvas do *Aedes aegypti*

Uma pesquisa que chama atenção no Campus Macaé é sobre um larvívoro metabólico capaz de matar as larvas do mosquito *Aedes aegypti*. “Trabalhamos com uma molécula que em baixíssimas concentrações é capaz de matar 100% das larvas do mosquito”, revela o professor Jorge Moraes, do Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade (NUPEM). “Queremos saber em quais pontos essa molécula está inibindo o metabolismo das larvas e, no segundo momento, produzir um composto que seja capaz de ser liberado aos poucos na água, de forma contínua”. Sávio Costa, aluno de Farmácia e orientando do professor Jorge, acredita que a pesquisa pode ter forte impacto no SUS. “Ter mais um meio de evitar o caos na saúde pública, com doenças como zika e dengue, é extremamente necessário. Eu me sinto honrado e feliz sabendo que podemos realmente ser o futuro”.

Projeto desperta interesse de adolescentes nas pesquisas da universidade

O projeto de extensão “UFRJMar: Estratégias de Interiorização” é um dos trabalhos do Centro de Tecnologia apresentados na SIAC. “O objetivo principal é divulgar a produção científica da UFRJ, principalmente nas temáticas relativas ao mar e ambientes costeiros”, explica o professor Walter Suemitsu, coordenador do projeto e decano do CT. O UFRJMar é parte do Programa Papesca (Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca no Litoral Fluminense) e tem expectativas de atender pouco mais de 1.500 pessoas. O público-alvo são os alunos do Ensino Médio. O extensionista Gustavo Cupertino participa do UFRJMar desde setembro de 2021. Para o jovem, o projeto é um divisor de águas para a sua formação. “Tive contato com várias áreas do saber e pesquisas diferentes”. O UFRJMar atua a partir de oficinas nas escolas mas, com a pandemia, as oficinas passaram para o meio remoto.

Estudo pode ser esperança para pessoas com doença de Parkinson

Em Caxias, um dos trabalhos investiga o uso de nanopartículas de óxido de ferro na agregação da proteína alfa-sinucleína, envolvida na doença de Parkinson. “Tenho trabalhado desde o meu pós-doutorado com doenças degenerativas, que têm em comum a agregação de proteínas, as fibras amiloides, em algum tecido ou célula, comprometendo o seu funcionamento”, explica a professora Carolina Braga, orientadora da pesquisa. “A gente procura entender se determinados compostos impedem que a agregação aconteça ou atrasam esse tempo”. A pesquisa envolve os laboratórios Numpex-Bio, de Biologia, e Numpex-Nano, de Física e Nanotecnologia. Marcos Eduardo Braga é aluno de mestrado e desenvolve a pesquisa junto com a professora Carolina. “Poder desenvolver um trabalho científico e adquirir conhecimentos multidisciplinares se tornou a minha maior paixão”.

Obras da artista plástica Lygia Pape são revisitadas em investigações

A obra multimidiática da artista plástica Lygia Pape é o foco da pesquisa da professora Maria Clara Amado, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. “Ela tem uma obra filmica muito relevante e pouco difundida”, diz a pesquisadora. Nesta semana, seu grupo analisou o filme “O homem e sua banha”, de Lygia Pape (1967), em paralelo com “2001: Uma Odisseia no Espaço”, de Stanley Kubrick (1968). “A SIAC é muito mais que interdisciplinar, ela é transdisciplinar. Eu mesma misturo cinema, arquitetura, belas artes, comunicação. E os alunos têm a oportunidade de trabalhar isso para além da academia”, completa a professora. Formada pela FAU, Priscilla Batista Mathias é orientanda nesta pesquisa. “Esse olhar para pesquisa e ensino contribuiu para que eu optasse por cursar um mestrado profissional, a fim de buscar uma capacitação maior no campo do ensino”.

ARTE TAMBÉM É CIÊNCIA

A **PARTICIPAÇÃO DAS ARTES** foi expressiva na 11ª edição da SIAC. Mesmo de maneira remota, produções culturais inundaram as telas ao longo de toda a semana. Na segunda-feira (14), o Núcleo de Pesquisa em Dança e Cultura Afro-brasileira, NudAFRO, abriu oficialmente o evento. O espetáculo *Agô* foi dirigido, roteirizado e coreografado pela professora Tatiana Damasceno. “A nós interessa pesquisar, provocar esses corpos da nossa sociedade, na medida que pensamos na produção da presença do corpo negro nos diversos espaços”, afirma Tatiana. O NudAFRO se apresentou mais uma vez na quarta-feira (16), ao fim da mesa “Bem-estar: saúde mental, física e social em tempos pandêmicos”.

O **BALLET DE MANGUINHOS** também marcou presença. Quatorze meninas performaram ao som de “Maria da Vila Matilde”, da brilhante e eterna Elza Soares. Na quinta-feira (17), foi a vez de 300 participantes se emocionarem com a peça “Paulo Freire, andarilho da utopia”. Diferentemente dos espaços estereis e frios das videochamadas, a peça conta com total interação entre o ator e os espectadores. “Descobrir, para Paulo, é exatamente isso: tirar a cobertura, se surpreender com a beleza, a estranheza e o mistério das coisas”, traz a sinopse. Para encerrar com chave de ouro, o Sódades Brasilis, uma ação que integra ensino, pesquisa e extensão na Escola de Música, coordenado pelo professor Sergio Álvares, encerrou o evento nesta sexta-feira (18).

ALÉM DESSAS APRESENTAÇÕES ESPECIAIS, fez parte da programação uma exposição virtual permanente envolvendo dança, música e artes plásticas. Uma delas foi “Ballroom como manifesto corpóreo de denúncia dentro do Complexo da Maré”. No vídeo, estudantes transgênero e travestis, moradores da Maré, dançam enquanto denunciam o risco que seus corpos sofrem na cidade como um todo e nas favelas. O projeto é vinculado ao Núcleo de Estudos Cultura Popular e Sociedade, da Escola de Educação Física e Desportos.

“**UM GOSTO PELA ABSTRAÇÃO**” mostra o processo de criação de arte abstrata, em telas de algodão e em folhas de acetato transparente, do estudante Luiz Eduardo Fileto, da Escola de Belas Artes. Orientado pela professora Maria Pereira de Menezes, do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da EBA, ele apresenta a exposição “Aquário”, o resultado de suas pesquisas envolvendo formas abstratas, tinta fluorescente, água e luzes ultravioletas. A instalação fez parte da VIII Bienal da EBA de Arte e Design, em outubro do ano passado, e permaneceu em cartaz até 29 de novembro no Parque Lage.

QUEM TAMBÉM MARCOU PRESENÇA foi o Laboratório de Representação Científica (LaRC), do CCMN, que apresentou sua primeira coletânea de trabalhos na SIAC. A exposição “Voos” faz um sensível passeio pelos campi da UFRJ para mostrar a riqueza da biodiversidade local. O projeto registrou mais de 200 espécies de pássaros que habitam a Cidade Universitária e o Observatório do Valongo, com imagens capturadas por fotografia, desenho, e pintura. Os trabalhos podem ser vistos pelo canal do LaRC, no Youtube: <https://youtu.be/3zTLKcjdgcQ>.



JORNADA DAS HEROÍNAS

BEATRIZ COUTINHO
comunica@adufjr.org.br

Resistir em um ambiente masculino, salpicado de piadas machistas, subestimação da capacidade e solidão, é quase um ato heroico de mulheres que decidem ingressar nas áreas exatas. Para mudar esse cenário, Luis Coimbra, doutorando da Coppe/UFRJ, desenvolveu o projeto *Heroine's Learning Journey*, ou Jornada de Aprendizagem da Heroína. “A Jornada não é um curso em si, mas uma proposta para transformar cursos das áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática — STEM (sigla em inglês) — em uma experiência única de aprendizagem para mulheres”, explica o pesquisador.

A pesquisa é baseada no estudo de Joseph Campbell, escritor norte-americano que desenvolveu o conceito de “Jornada do Herói”, no qual, em 17 etapas, o protagonista — homem — se torna notável ao longo da história e, no final, retorna ao mundo para ajudar as pessoas. “Ele [Campbell] entendeu que há um mecanismo: o processo de autoconhecimento”, conta o doutorando. “Aprofundi a pesquisa e encontrei a psicóloga Maureen Murdock. Questionando Campbell, ela desenvolveu a Jornada da Heroína, que dava protagonismo às mulheres”. Para

Pesquisa propõe aplicar método para aumentar a participação feminina nas áreas tecnológicas

o pesquisador, no entanto, o achado ainda não era suficiente. Murdock se baseava nas mulheres de 40 anos, norte-americanas, um escopo muito restrito e pouco aplicável. “Procuo am-

pliar esse público para as mulheres das exatas”, propõe.

A ideia da Jornada é gerar autoconfiança por meio da identificação. “Dentro do projeto, eu trouxe um desafio relacionado à mulheres de sucesso na Ciência, mas que foram escondidas por anos”, argumenta Coimbra, que classifica essas cientistas como *rolemodels*, ou mulheres-modelo. “Isso fortalece a segurança dessas meninas”, diz Coimbra. Um passo importante para a permanência delas nas exatas. Segundo relatório do Igualdade STEM, produzido pelo Laboratório do Futuro, da Coppe, o percentual de egressas da área, em 2019, é de 33% no Brasil, quase metade daquele de egressas de todo o ensino superior (60%).

No mercado de trabalho, o cenário não muda: elas representam somente 31% da mão de obra. “O algoritmo de um *chatbot* da Microsoft foi criado somente por homens. Em poucas horas, o chat propagava o

modelo mental deles”, exemplifica Coimbra. “Se as mulheres não ocuparem esses espaços, teremos menos resultados de inovações tecnológicas igualitárias.”

E se é difícil para mulheres em geral, o problema se aprofunda em relação às mulheres não brancas. Mulheres pretas são apenas 6,1% das egressas dos 122 cursos STEM, em 2019, enquanto pessoas pardas (mulheres e homens) representam aproximadamente 30% desse total. “A igualdade é um direito constitucional”, argumenta Yuri Lima, coordenador do Laboratório do Futuro. “Existem barreiras para entrada e permanência dessas pessoas no próprio mercado de trabalho.”

Luciana Nascimento, que colaboradora nas ações de pesquisa do Igualdade STEM, defende que toda a sociedade se integre em diferentes iniciativas para romper essas barreiras. “Iniciativas de todas as partes devem

ser tomadas, visando a empoderar meninas, desfazer estereótipos e acolher quem quiser seguir pela área de STEM”.

Para o coordenador do Laboratório de Ludologia, Engenharia e Simulação (Ludes/Coppe), Geraldo Xexéo, integrar o projeto Jornada de Aprendizagem da Heroína é também transformar o laboratório. “Abrir as portas do Ludes para as mulheres é fazer nossos jogos atingirem a sociedade de forma plena”, explica o professor. “É importante dizer para elas que elas podem ser o que quiserem, inclusive ótimas engenheiras”, frisa.

SERVIÇO

Para participar do projeto, os professores podem acessar a área “Framework”, no site da pesquisa (<https://heroicjourneys.life/pt/science-is-for-women/>), para aplicar a Jornada em algum curso próprio. Caso haja dúvidas, os professores podem entrar em contato com os desenvolvedores do projeto, pelo próprio site.

Meninas entre 15 e 21 anos podem se inscrever em cursos gratuitos. O primeiro deles é de Aprendizagem de Máquina, o *Machine Learning, Maths e Ethics: Hands-on*, que já está com matrículas abertas. O curso começa em 30 de março e tem duração de três meses. As vagas são limitadas. Compõem o projeto o Laboratório do Futuro e o Ludes, ambos da Coppe/UFRJ, e o Departamento de Matemática da Universidade de Lisboa. A pesquisa também tem parceria com o *Fostering Women to STEM MOOCs (FOSTWOM)*, desenvolvido pela Comunidade Europeia.

HEROÍNAS DA UFRJ

Larissa Galeno sonhava em cursar Ciências da Computação desde os dez anos. Ingressou no curso em 2016. “Eram cinco meninas na turma, comigo inclusa, para 60 meninos”. A busca por um ambiente de mulheres na sua área a levou a fundar o projeto de extensão “Minervas Digitais”, que promove empoderamento feminino na Computação. “Em 2019, por exemplo, tratamos sobre a Síndrome do Impostor, que acometa muitas meninas

no meu curso”. O distúrbio gera como sintoma a ideia de autossabotagem. “O projeto foi importante para mim, porque pude ir mais a fundo na questão de gênero”.

“Fico tímida para tirar dúvidas ao vivo com o professor. Em uma turma de homens, você fica sem graça de ser a pessoa que não entendeu algo”, desabafa Larissa Dalimar, que começou seu curso, também na Computação, no segundo semestre de 2017. Até nas conquistas, o estigma de mulher pesa. “Ainda caloura, fui

a única candidata a passar num processo seletivo para um curso de extensão. Só tinham homens mais velhos na sala. Foi a experiência que mais me constrangeu”.

Outras iniciativas caminham no mesmo sentido: empoderar e aumentar a participação feminina nas Ciências Exatas. No Instituto de Física, a professora Thereza Paiva coordena o “Tem menina no Circuito”, lançado em 2013. “Foi a fagulha que faltava”, explica. Na época, a discussão de paridade de gênero não existia no institu-

to. “As coisas eram o que eram. Quando trazíamos as meninas e elas circulavam pelos corredores, as pessoas perguntavam por elas. Foi importante a visibilidade, virou assunto”, conta animada.

O projeto já atendeu cerca de 150 meninas e atua em escolas públicas, no Ensino Médio e, em 2022, também no Ensino Fundamental II. Três egressas do projeto já conseguiram chegar aos cursos STEM da UFRJ. “Celebramos qualquer menina que entra na universidade, mas quando entra

na UFRJ, e em Exatas, ficamos ainda mais felizes”, orgulha-se Thereza. Na sexta-feira passada (11), Dia Internacional das Meninas e Mulheres na Ciência, o “Tem menina no Circuito” lançou um estudo que contabiliza os docentes no Estado do Rio de Janeiro de oito instituições de ensino e pesquisa, nas áreas de Química, Física e Matemática. “Só temos 20% de professoras na Física. São necessárias iniciativas para mudar isso”, aponta.

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufjr.org.br

A

lém dos sucessivos recordes de desmatamento na Amazônia ou de liberação de armas de fogo, entre outras des-

truções, o governo Bolsonaro alcançou mais uma marca difícil de ser batida: em três anos de mandato, liberou mais de 1.500 novos agrotóxicos no Brasil. Dez por semana, em média. Mas pode piorar. Na semana passada, a Câmara aprovou, por 301 votos a favor e 150 contra, o projeto de lei (PL) 6.299/02, que tramita desde 2002 no Congresso e que altera a legislação sobre o tema no Brasil, revogando a Lei dos Agrotóxicos (Lei 7.802/89). Chamado de “Lei do Alimento Mais Seguro” pela bancada ruralista e pelo agronegócio, o projeto foi batizado pelos críticos como “PL do Veneno”, e ainda terá de passar pelo crivo do Senado, onde deverá sofrer forte resistência.

Entre outras mudanças, o PL 6.299 exclui do processo decisório para aprovação de novos agrotóxicos o Ministério da Saúde, o Ibama e a Anvisa, concentrando a decisão no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Os demais órgãos podem emitir pareceres nos processos de aprovação, mas não têm mais poder de veto. “Esses pareceres podem ser ignorados. Fazer análise, mas sem poder de veto? A centralização da aprovação no Mapa, excluindo as áreas de Saúde e Meio Ambiente, mostra que os interesses econômicos devem prevalecer. Com todo o respeito, é colocar a raposa para tomar conta do galinheiro”, compara o toxicologista e epidemiologista ambiental Armando Meyer, doutor em Saúde Pública e professor do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ.

CRÍTICAS SEVERAS

O Brasil encerrou 2021 com 562 agrotóxicos liberados, o maior número da série histórica iniciada em 2000 pelo Mapa. A escalada se acentuou a partir de 2016, nos governos Temer e Bolsonaro. Para o deputado estadual Carlos Mine (PSB-RJ), ex-ministro do Meio Ambiente (MMA), o PL 6.299 abre precedentes para que essa escalada avance ainda mais. “É um retrocesso terrível. O governo Bolsonaro liberou mais de 1.500 agrotóxicos, a maior parte dos quais proibida ou com fortes restrições na Europa e nos Estados Unidos. Estamos importando venenos que são rejeitados lá fora, virando uma lata de lixo químico. Estão desovando

A ESCALADA DO VENENO



aqui o que não podem vender lá”, avalia Minc.

O ex-ministro do Meio Ambiente lembra que, de 2008 a 2010, quando esteve à frente da pasta, conseguiu banir 19 agrotóxicos do mercado nacional, em parceria com o então ministro da Saúde, José Gomes Temporão. A duras penas. “Eram princípios ativos que já tinham sérias restrições ou estavam proibidos na Europa, e para os quais tínhamos substitutivos eficazes e viáveis economicamente. Foi uma guerra. Para cada processo, setores da bancada ruralista ou das empresas químicas entravam com ações contra os analistas do Ibama e do MMA que atestavam que esses princípios ativos eram prejudiciais”, recorda o ex-ministro.

A concentração de poderes nas mãos do Mapa é também criticada pelo doutor em Ciências Biológicas João Paulo Machado Torres, professor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF/UFRJ): “A mudança é péssima”, diz. Ele chama a atenção para outra alteração prevista no projeto, segundo a qual também fica só por conta do Mapa a reanálise do registro de produtos, e apenas quando solicitada por organização internacional. “É um claro retrocesso”, define o professor. Foi por meio de solicitações de reanálise que a Anvisa proibiu (em parecer conjunto com a Fiocruz), em 2020, o uso do paracetamol, agrotóxico associado à doença de Parkinson e até então largamente usado na cultura da soja.

RISCO À SAÚDE

O PL 6.299 tem outras alterações preocupantes. Ele prevê que a vedação da importação e produção de agrotóxicos se restrinja ao termo genérico de “riscos inaceitáveis”. A legislação atual define a proibição para agrotóxicos que tenham características teratogênicas, carcinogênicas, mutagênicas e causem distúrbios hormonais e danos ao aparelho reprodutor. “O projeto permite que venenos considerados medianamente cancerígenos possam ser licenciados. É o poço mais profundo do

obscurantismo e da agressão à saúde. E também introduz quase um autolicensing, porque se o produto não for aprovado em tantos dias está previamente aprovado até ordem em contrário”, critica o ex-ministro Carlos Minc.

O professor Armando Meyer estuda há anos os efeitos dos agrotóxicos sobre a saúde humana e faz alertas importantes. “Os seres humanos guardam diversas similaridades biológicas com os organismos que são alvos dessas substâncias, como os insetos. A dose que usamos para matar os insetos não vai nos matar. Mas, gradativamente e continuamente, vai causando alterações nos processos biológicos que nós temos em comum com os insetos. Um exemplo é o sistema nervoso. Todos os inseticidas matam os insetos através da desregulação de uma via bioquímica qualquer do sistema nervoso central deles. Os seres humanos também têm essas vias. Então, essas substâncias atuam sobre o sistema nervoso central dos seres humanos, causando danos muito importantes”.

Meyer fez vários estudos relacionando o uso de agrotóxicos no Brasil e a mortalidade por câncer. “Existe uma relação estatística significativa entre esse uso e o aumento do risco da mortalidade por diversos tipos de câncer. É bastante preocupante o ponto de vista da saúde pública”, adverte.

Já em 2018, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) ressaltava os malefícios à saúde embutidos no PL 6.299. “A SBPC se manifestou firmemente contra a aprovação desse PL, posição que sustenta até hoje”, recorda o físico Ildeu de Castro Moreira, professor do Instituto de Física da UFRJ e presidente da SBPC à oca-

sião. Na carta por ele assinada em 22 de maio de 2018, a SBPC destacou alguns dos malefícios: “Dentre os efeitos sobre a saúde humana associados à exposição aos agrotóxicos, os mais preocupantes são as intoxicações crônicas, caracterizadas por infertilidade, impotência, abortos, malformações, neurotoxicidade, manifestadas através de distúrbios cognitivos e comportamentais, e quadros de neuropatia e desregulação hormonal”.

PRESSÃO NO SENADO

Se o PL do Veneno passou como um trator pela Câmara, o mesmo não se pode prever para o Senado. Além de um maior equilíbrio de forças entre a base do governo e a oposição, a pressão da sociedade civil sobre o Senado deverá ser bem mais forte do que foi na Câmara. O presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já afirmou que o trâmite da proposta não terá “nenhuma especificidade”.

Vários senadores de oposição já se manifestaram contra o PL. A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) classificou-o como “nocivo ao meio ambiente, à saúde e à economia brasileira”. Em suas redes sociais, o senador Fabiano Contarato (PT-ES) fez duras críticas: “Somos contra essa tragédia do pacote do veneno. Está em risco a saúde de quem consome os produtos intoxicados por esses venenos, e os recursos naturais ficam extremamente contaminados — da terra à água”, postou. Na mesma linha se manifestou a senadora Zenaide Maia (Pros-RN): “Além

REGISTROS APROVADOS POR ANO

562 2021
493 2020
474 2019
449 2018
404 2017
277 2016

de envenenar alimentos, poluir o solo e contaminar a água, as multinacionais que enriquecem com a venda de agrotóxicos ainda são premiadas, no Brasil, com generosas isenções de impostos! É isso o que queremos para o nosso país?”, questionou.

A SBPC se prepara para uma ofensiva no Senado, de acordo com Luciana Barbosa, coordenadora do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente da entidade e pesquisadora do Departamento de Fitorécia e Ciências Ambientais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). “A SBPC vai se manifestar com um parecer do grupo de trabalho de Meio Ambiente, levantando os pontos negativos do PL, que são muitos. O risco da liberação desses agrotóxicos é grande. Alguns têm substâncias associadas à incidência de alguns tipos de câncer, ou a distúrbios reprodutivos e hormonais, e vários são proibidos na União Europeia. Essa liberação crescente de agrotóxicos não me parece justificável ou racional”, avalia Luciana. Uma das primeiras resistências no Senado virá da Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo senador Jaques Wagner (PT-BA). Segundo ele, o PL “será um desastre para o Brasil, do ponto de vista ambiental e também econômico”. Wagner é autor do PL 3.668/21, que trata da pesquisa, experimentação e incentivos à produção de bioinsumos para agricultura — oriundos de substâncias de natureza vegetal, animal, microbiana e mineral, e destinados ao uso na produção, no armazenamento ou no beneficiamento de produtos agrícolas e florestais. São uma alternativa ao uso dos agrotóxicos, termo que, aliás, o PL 6.299 propõe alterar para “pesticidas e produtos de controle ambiental e afins”. Pelo tanto de retrocesso que representa, o PL bem poderia defender a manutenção do termo agrotóxico, ou sugerir outro, tão simples quanto adequado: veneno.



ANA LUÍSA PALHARES DE MIRANDA
Professora

DEIVID RIBEIRO DE SOUZA
Mestrando

SABRINA SILVA
Mestranda

MÔNICA LACERDA
Professora

EDUARDO MACH
Professor

PROFESSORES DE EMPATIA, ALUNOS DE RESILIÊNCIA

> Docentes e estudantes da UFRJ que moram em Petrópolis relatam momentos de pânico, dor e solidariedade numa das maiores tragédias da Serra Fluminense

ANA BEATRIZ MAGNO
anabiamagno@adufrrj.org.br

Foi um horror. Eu estava com minha aluna no computador, preparando a apresentação para a Semana de Integração Acadêmica, quando começou a chover forte. Abri a janela e mostrei a força da chuva para ela. Logo depois, interrompi a reunião. Eram 16h30. Meia hora depois, meu filho veio correndo e disse que havia um barulho estranho e que parecia a queda de algo grande. Corremos para a varanda. Os vizinhos estavam apavorados. O morro que fica atrás da minha rua desabou. O morro despençou. Um lamaçal imenso desceu e tirou um fino do meu muro. Ficamos sem luz. O transformador pifou, o 4G também. Ficamos ilhados, isolados, sem dar nem receber informação. No meu bairro não tem sirene. Sou professora da UFRJ há 30 anos, moro em Petrópolis há 22. Nunca vi nada igual. Estou bem, mas senti muito medo e uma necessidade enorme de saber notícias dos outros colegas da UFRJ que moram em Petrópolis.

O desabafo de Ana Luísa Palhares de Miranda, professora da Faculdade de Farmácia, revela a aflição de quem sobreviveu à tragédia de terça-feira (15), em Petrópolis, mas retrata também uma característica entranhada na comunidade acadêmica da UFRJ: a solidariedade. Em menos de 12 horas, professores, estudantes e técnicos organizaram redes de apoio e coletaram doações para aliviar a dor dos petrópolitanos. Só no Fundão, há quatro pontos de coleta — veja os endereços na página 2. “Temos que nos ajudar. São situações muito dolorosas. Tenho aluno que perdeu quatro parentes. É de partir o coração”, lamentou a professora Mônica Lacerda, coordenadora de pós-graduação do campus da UFRJ em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, onde trabalham e estudam mais de dez docentes e 30 alunos moradores de Petrópolis. “Graças a Deus, não aconteceu nada com a minha casa nem com

a minha família, mas na cidade foram muitas mortes e muitas perdas”.

Aluno do mestrado de Caxias, o professor Deivid Ribeiro de Souza, de 35 anos, perdeu a esperança, uma tia, um tio e dois primos. Os quatro eram moradores do Morro da Oficina, área desfigurada pela chuva e que integra um desolador mapa criado em 2017 pela Prefeitura de Petrópolis. Segundo o estudo, há 27 mil residências em locais de risco alto ou muito alto de deslizamentos na cidade. “Só encontramos os corpos do meu tio e de um dos meus primos. Não tenho mais esperança de que os outros dois estejam vivos. Minha família materna acabou. Só sobrou a minha avó”, lamenta. Dona Olinda foi salva pela escola. Tem 85 anos e está cursando a 5ª série do Ensino Fundamental. Estava no colégio na hora da tragédia. “Ela é danada, sempre quis aprender. Agora está inconsolável”, conta Deivid. Sua história é marcada por tempestades e descalço das autoridades. “Sou sobrevivente da enchente de 1988. Naquela época, minha outra avó faleceu e minha mãe perdeu a casa. Eu e minha mãe viemos morar em Itaipava, mas o resto da família ficou em Petrópolis. Em 2011, de novo, fomos atingidos pelas chuvas, ninguém morreu, mas nossa casa ficou a um palmo de ser alagada. O mais impressionante é que nenhum de nós jamais recebeu ajuda do governo para sair das áreas de risco. É uma história muito triste, um drama que se repete”.

A tristeza familiar de Deivid não ofusca sua capacidade de analisar a conjuntura política que molda as tragédias naturais e políticas na região serrana fluminense. “Ninguém mora em comunidade ou em área de risco porque quer. Mora por necessidade, por falta de alternativa. Petrópolis é vítima da especulação imobiliária. Qualquer pedaço de terra aqui vira condomínio de luxo”, lamenta o professor, que se desdobra entre o serviço de inspetor escolar na rede estadual, a docência em escolas particulares e o mestrado na UFRJ. “Com toda essa dor, é muito bonito ver a força da solidariedade. Quando fui pegar minha avó, vi um monte de gente se ajudando, gente que não tem nada

dividindo o nada. Só tenho a agradecer”.

Gratidão é a palavra que se repete na voz acelerada da professora Sabrina Silva, de 31 anos, moradora da Rua Teresa, uma das mais atingidas pelas chuvas. A enchente arrastou o apartamento de sua irmã, as paredes de sua própria casa e inundou a morada de seus pais, um pedreiro e uma dona de casa. “Perdemos tudo. Casas, móveis, eletrodomésticos, roupas, documentos, histórias. Minha mãe estava sozinha com meus sobrinhos, um bebê de seis meses e um menino de três anos. Ela ligou para o meu cunhado, ele veio correndo, mas dois minutos depois de pegar as crianças, o apartamento desabou. Perdemos as coisas, mas estamos vivos”, pondera a mestranda do campus de Caxias, que se divide entre o curso e o magistério em escolas privadas da região serrana.

“Meus colegas me ajudaram de uma forma impressionante. Recebi tudo: roupas, dinheiro, comida, carinho. Fui abraçada, fui agarrada por uma onda de solidariedade. Só tenho a dizer muito obrigada. Sou só agradecimento. Não tenho palavras”, diz a moça, dez horas depois de retornar aos escombros de sua casa para tentar resgatar seus dois cachorros, Thor e Sheide. “A Defesa Civil não me deixa levá-los. Hoje eu fui lá e quase conseguí. Mas me disseram que uma pedra estava tremendo e que era arriscado. Eles têm comida e água, mas não sei até quando aguentam”.

A professora Mônica Lacerda não aguentou ver a dor dos alunos vitimados pelas chuvas. Docente da UFRJ há dez anos, moradora de Petrópolis, ela lidera uma campanha para arrecadar doações no campus de Caxias. Em 48 horas, com a parceria incansável da assistente social do campus, Michele Rocha, a campanha rastreou todos os alunos e docentes que vivem no município e coletou recursos financeiros, mantimentos, roupas. “Temos que nos ajudar. É uma tragédia muito grande. Hoje fui para a escola estadual aqui perto de casa. Virou abrigo. Estão precisando de tudo, mas principalmente de brinquedos. As crianças estão traumatizadas e não há nada para passar o

tempo. Eu não tenho medo. Tenho que ajudar. O Estado é omissivo. Eu não sou. Faço o que eu posso. Sou uma cidadã de Petrópolis, voto aqui, meus filhos foram criados aqui”.

O professor Eduardo Mach, 64 anos, mora em Petrópolis há mais de quatro décadas, já testemunhou várias enchentes, mas nunca viu uma chuva como a de terça-feira — choveu 259,8 milímetros em 24 horas, maior volume desde 1932, quando o Instituto Nacional de Meteorologia começou a medir o índice pluviométrico da região. “Choveu mais do que nunca. Não aconteceu nada com a minha casa, moro numa região que ficou intacta, mas estou muito preocupado, passo os dias ligando para os amigos. Temos muita gente da UFRJ que mora aqui. Só na Escola de Química somos cinco professores. Assim que eu percebi o tamanho da tragédia, entrei em contato com cada um. Estão todos bem, graças a Deus, mas a cidade está destruída”, lamenta Mach, titular da UFRJ e ex-diretor da Escola de Química. “Que eu saiba, a situação mais grave entre os professores foi a da professora Ana Luísa, da Farmácia”.

A professora Ana Luísa Palhares de Miranda, a mesma que aparece no começo dessa reportagem, ainda não se recuperou. Moradora de Castelânea, um dos bairros mais sacrificados pelas quedas de barrancos, não consegue dormir direito, fica pensando nos vizinhos, remói a lembrança de uma senhora idosa que não queria abandonar a casa destruída pela chuva, pragueja contra as autoridades que insistem no descalço, e lista cada um dos conhecidos da universidade que moram em Petrópolis. “Temos que nos ajudar. De terça para quarta, eu não preguei o olho. Quando a chuva passou, colocamos os celulares para carregar no carro e comecei a catar notícias da família e dos colegas da universidade”, conta a docente, filha de Mariana Miranda, uma professora aposentada da UFRJ, de 87 anos, nascida em Petrópolis, em 31 de janeiro de 1934, durante uma enchente. “As chuvas fazem parte da história de Petrópolis, mas o descalço, a repetição das tragédias, isso é culpa dos homens”.



É HORA DE SER SOLIDÁRIO
AJUDE AS VÍTIMAS DA ENCHENTE EM PETRÓPOLIS
PONTOS DE COLETA NAS SEDES DO SINTUFRRJ

- PRAÇA JORGE MACHADO MOREIRA, S/N, CIDADE UNIVERSITÁRIA
- AVENIDA PASTEUR, 250 – FUNDOS, URCA
- SUBSÓLO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFRJ, HALL DOS ELEVADORES

INICIATIVA:

